

O caso Proconsult não morreu:
*repercussão na campanha presidencial
de Leonel Brizola de 1989*

Proconsult case did not die:
*repercussion in the 1989's presidential
campaign of Leonel Brizola*



ARCOLEZE, Conrado Ferreira*

RESUMO: O Caso Proconsult foi uma tentativa de fraude eleitoral nas eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro de 1982 visando dar vitória ao candidato do PDS, Wellington Moreira Franco, em prejuízo ao candidato do PDT, Leonel Brizola. O objetivo principal é analisar a veiculação do Caso Proconsult na campanha presidencial de 1989 de Leonel Brizola através dos dois principais jornais cariocas – *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Buscar-se-á analisar não somente tal episódio sendo retomado ou lembrado especificamente na campanha pelos periódicos, mas as menções e falas de Brizola sobre possível fraude no pleito de 1989, bem como insistentes críticas do pedetista contra as pesquisas de opinião. É possível assinalar que o Caso Proconsult não morreu em 1982 e continuou rendendo discussões. Brizola sempre procurava retomar esse episódio para falar em possível fraude.

PALAVRAS-CHAVE: Caso Proconsult; Leonel Brizola; *Jornal do Brasil*; *O Globo*.

ABSTRACT: The Proconsult Case was an attempt to electoral fraud in the 1982 Rio de Janeiro governor election aimed at giving PDS candidate Wellington Moreira Franco a victory over PDT candidate Leonel Brizola. The main objective is to analyze the dissemination of the Proconsult Case in the 1989 presidential campaign of Leonel Brizola through the two main Rio newspapers - *Jornal do Brasil* and *O Globo*. It will seek to analyze not only such an episode being specifically taken up or recalled in the campaign by the journals, but Brizola's mentions and speeches about possible fraud in the 1989 election, as well as insistent criticism of the pedetist against opinion polls. It may be pointed out that the Proconsult Case did not die in 1982 and continued to yield discussions. Brizola always sought to resume this episode to talk about possible fraud.

KEYWORDS: Proconsult Case; Leonel Brizola; *Jornal do Brasil*; *O Globo*.

*Recebido em: 08/01/2020
Aprovado em: 20/02/2020*

* Graduado em Administração pela UEM, Maringá-PR, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Assis, Assis-SP. Bolsista CNPq. E-mail: conradoarcoleze@gmail.com

Introdução

O Caso Proconsult foi uma tentativa de fraude eleitoral nas eleições para governador do Rio de Janeiro de 1982 visando dar vitória ao candidato do PDS, Wellington Moreira Franco, em prejuízo ao candidato do PDT, Leonel Brizola. Cabe considerar que as eleições estaduais em 1982 se realizavam em sistema de voto vinculado. Nesse modelo, o eleitor deveria votar para governador, senador, deputados federal e estadual em candidatos do mesmo partido; caso contrário, seu voto seria anulado. Por trás desse sistema estavam os interesses do Governo Militar, que pretendia continuar com o sistema de bipartidarismo vigente durante 1964-1979. O sistema de voto vinculado visava garantir o domínio do partido de sustentação do regime militar em todo país, dado o fato de que este teria candidatos em todos os postos. No Rio de Janeiro, a polarização final se deu entre os candidatos Leonel Brizola e Moreira Franco. No Estado fluminense, Moreira Franco atendia ao interesse de domínio político dos governistas, enquanto Brizola representava a oposição sistemática mais forte ao Governo Militar e ao governador à época, Chagas Freitas, do PMDB. A Proconsult era uma empresa responsável pela totalização dos votos nas eleições estaduais no Rio de Janeiro. A apuração ganhou contornos de escândalo quando foi descoberto um esquema de fraude nas urnas, buscando transferir os votos nulos e brancos para Moreira Franco através de um erro na programação do computador da Proconsult. As *Organizações Globo* foram acusadas de estarem participando da fraude, de maneira indireta por Brizola e de maneira explícita por Saturnino Braga, senador pedetista, em discurso na tribuna do Senado.

Sempre ligado ao trabalhismo, Brizola foi um político gaúcho que exerceu diversos cargos públicos em sua vida política, sendo os mais destacados o de governador em dois Estados: Rio Grande do Sul (1958-1962) e Rio de Janeiro (1983-1986 e 1991/1994). Antigo membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao lado de Getúlio Vargas e João Goulart, Brizola exilou-se do Brasil em 1964, por causa do golpe civil-militar desferido contra o governo constitucionalmente eleito de Goulart. Voltou ao país pela Lei da Anistia em 1979, disputando com Ivete Vargas o comando da sigla PTB. Sendo derrotado, fundou, em 1980, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao qual se manteve filiado até o fim de sua vida, sempre como líder-mor da agremiação e concorreu ao cargo de Presidente da República nas eleições presidenciais de 1989 e 1994 pelo partido.

Depois de 29 anos sem escolher o seu representante máximo, o povo brasileiro compareceu às urnas do dia 15 de novembro de 1989 para escolher dentre 22 candidatos¹ – dos quais metade pertenciam a organizações partidárias estabelecidas e destacadas – quem ocuparia a Presidência da República pelos próximos cinco anos. O Brasil apresentava uma grave crise socioeconômica em 1989, com elevados índices de inflação e volumosa dívida externa. O governo chefiado por José Sarney apresentava números expressivos de impopularidade, ao ponto de o presidente não exercer influência alguma sobre o pleito ou algum candidato, sendo alvo unânime de ataques dos demais postulantes. Além disso, o país havia recém-saído de uma ditadura militar que durou 21 anos – 1964 a 1985 –, e que contribuiu para sério agravamento da crise socioeconômica.

O *Jornal do Brasil (JB)* e o jornal *O Globo (OG)* eram os dois principais periódicos cariocas em 1989 e possuíam acirrada concorrência, com a liderança de mercado estando com *OG*. O objetivo principal do artigo é analisar a veiculação do Caso Proconsult na campanha presidencial de 1989 de Leonel Brizola através dos dois principais jornais cariocas – *JB* e *OG*. Buscar-se-á analisar não somente tal episódio sendo retomado ou lembrado especificamente na campanha pelos periódicos, mas as menções e falas de Brizola sobre possível fraude no pleito de 1989, bem como insistentes críticas do pedetista contra as pesquisas de opinião. É salutar o entendimento de que por trás dessas críticas e denúncias de fraude estava o Caso Proconsult, que ligou o alerta no trabalhista para episódios fraudulentos possíveis de ocorrer em quaisquer eleições.

Foram tomadas para análise as edições diárias de um ano de ambos os periódicos, entre os dias 15 de novembro de 1988 a 15 de novembro de 1989. Tal período é analisado também em nossa pesquisa no mestrado, que busca estudar a veiculação da campanha presidencial de 1989 de Brizola através da imprensa escrita. Não é nosso objetivo o estudo do segundo turno dessas eleições, que foi disputado entre os candidatos Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, pelo fato de Brizola não ter chegado ao mesmo². A temporalidade nesse aspecto permite a compreensão da campanha como um todo, incluindo sua fase preliminar – pré-campanha³ –, que é marcada por articulações e preparação para a campanha em busca do voto do eleitor em si.

1 Concorriam ao pleito e com partidos organizados os seguintes candidatos: Affonso Camargo (PTB), Aureliano Chaves (PFL), Fernando Collor de Mello (PRN), Guilherme Afif (PL), Leonel Brizola (PDT), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Roberto Freire (PCB), Ronaldo Caiado (PSD) e Ulysses Guimarães (PMDB).

2 Brizola terminou o primeiro turno em terceiro lugar, com 16,51% dos votos. Apoiou Lula no segundo turno.

3 A pré-campanha compreende o período de novembro/1988 até junho/1989. Nesse período, os partidos buscavam articulações e alianças, para então oficializar o candidato que disputaria o pleito, sendo tal processo realizado através da Convenção partidária. Com os candidatos oficializados, a campanha em si

Analisaram-se todos os cadernos dos jornais, bem como os expedientes discursivos dos matutinos (notícias, editoriais, colunas, artigos, informes, etc) em que há a menção a partir da manifestação de Brizola de assuntos como: fraude eleitoral, manipulação das pesquisas eleitorais e Caso Proconsult. A escolha dos periódicos é que, além de serem tomados como fontes na nossa pesquisa do mestrado, foram atores destacados na veiculação do Caso Proconsult em 1982, tendo inclusive o *JB* desempenhado função primordial para desmascarar a fraude. Será possível compreender também qual a veiculação do Caso Proconsult em 1989 e se a influência e participação dos periódicos em 1982 serviu para destacar a linha narrativa atual.

Formação de uma eleição acirrada e a Proconsult

As eleições estaduais em 1982 ocorreriam após 17 anos de ausência, ainda no regime militar. Em 1965, o Governo Militar instituiu o Ato Institucional nº2, que dentre as medidas, instituía o bipartidarismo no país. Passariam a existir ARENA, principal partido de sustentação do regime militar e MDB, partido de oposição permitido pelos militares. A ARENA deu sustentação ampla para o regime militar por cerca de 10 anos; após, o MDB começou a crescer e ameaçar essa sustentação. Com a aprovação da Lei da Anistia em 1979, grandes lideranças pré-1964 retornariam ao país após longo tempo no exílio; entre tais estava Leonel Brizola, político de esquerda com destacada atuação no período pré-golpe militar. Com o retorno do pluripartidarismo em 1980, ARENA e MDB deixariam de existir. O partido governista passaria a se chamar PDS e o da principal oposição, PMDB. No campo da esquerda, através de lideranças sindicais, movimentos sociais e de base da Igreja seria criado o PT. Brizola, em seu retorno do exílio, procurou remontar sua antiga sigla, PTB. Entretanto, perdeu o direito da sigla para Ivete Vargas, representante da ala paulista do partido, então ligada ao fisiologismo partidário. Brizola resolveu fundar um novo partido trabalhista, o PDT, partido o qual seria a principal liderança da ideologia trabalhista. As eleições estaduais de 1982 elegeriam representantes de todos os cargos, exceto presidente da República. Foi instituído o voto vinculado nessas eleições, com o eleitor devendo votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos; caso contrário, seu voto seria anulado⁴. A estratégia governista era garantir amplo domínio

compreende o período de julho/1989 até novembro/1989, quando os postulantes buscavam os votos do eleitorado de forma mais direta.

4 O voto vinculado era uma das medidas do chamado “Pacote de Novembro” decretado pelo regime militar em 1982, que visava mudar as regras eleitorais e enfraquecer os partidos oposicionistas. Outras medidas

nacional, visto o PDS ser um partido altamente estruturado e com condições de possuir representantes em todos os cargos, além do fato da oposição estar dividida em diversos partidos. Tal eleição era estratégica ao Governo Militar no médio prazo, dado que seriam eleitos os deputados federais que elegeriam o sucessor do presidente João Baptista Figueiredo. No Rio de Janeiro, o pleito seria disputado por cinco candidatos: Leonel Brizola (PDT), Moreira Franco (PDS), Miro Teixeira (PMDB), Sandra Cavalcanti (PTB) e Lysâneas Maciel (PT).

No início das articulações políticas voltadas para o pleito fluminense de 1982, a polarização ocorria entre Sandra Cavalcanti e Miro Teixeira. Brizola e o então candidato do PDS Emilio Ibrahim apareciam com baixíssimas intenções de voto (SILVEIRA, 2018, p. 43-46). A petebista e o peemedebista foram caindo nas pesquisas e, paralelamente, Brizola e Moreira Franco (substituto de Ibrahim) começaram a subir e polarizar a disputa. A ascensão do pedetista ocorreu pela campanha nas ruas, bem como os programas televisivos e debates (SILVEIRA, 2018, p. 48-51). A subida de Moreira Franco se deveu ao suporte do Governo Militar, incluindo o seu estruturado partido, bem como o de seu sogro, Amaral Peixoto, destacado político fluminense. Como indicação do acirramento da disputa entre Brizola e Moreira Franco, a última sondagem do Ibope mostrava o trabalhista com 27,2% dos votos contra 22,3% do pedessista, incluindo um cenário de indecisos que tornavam incerta qualquer aposta segura de vitória. (SILVEIRA, 2018, p. 72).

A Proconsult era a empresa privada responsável pela totalização dos votos nas eleições estaduais fluminense. Havia um temor antecipado de fraude antes das aberturas das urnas, especialmente pelo voto vinculado e modelo de cédula eleitoral imposta pelo Governo. Brizola foi informado por diversas fontes de uma possível tentativa de fraude e decidiu montar um sistema de apuração paralelo no PDT (SILVEIRA, 2018, p. 80). Outros sistemas de apuração paralelos que apareceriam com destaque seriam o das Organizações Globo e *JB*. A estimativa da Proconsult era divulgar o resultado oficial dentro de cinco dias; entretanto, a totalização foi lenta e começou a gerar desinformações entre as apurações das Organizações Globo e do *JB*. O primeiro veículo apurava o resultado de todos os cargos eletivos, já o segundo focava em governador e senador. Os votos no interior onde Moreira Franco tinha mais força chegavam rapidamente, enquanto os da capital, onde Brizola liderava, demoravam. Os resultados das Organizações Globo projetavam que a disputa estava parelha, com leve vantagem

do pacote incluíam a proibição de coligações e chapa completa, exigência esta que apenas o PDS poderia atender pelo fato de ser a agremiação partidária mais estruturada no país.

para o pedessista. O *JB*, entretanto, dada a sua agilidade por apurar menos cargos, projetava Brizola com boa vantagem sobre o oponente.

Com as informações oficiais e disparidade das apurações – PDT e *JB* possuíam projeções semelhantes, enquanto as das Organizações Globo tinham semelhança às do TSE, que apresentavam lentidão – Brizola teve reforçada a ideia de tentativa de fraude e decidiu denunciá-la na imprensa estrangeira. O caso a partir desse fato começou a ganhar contornos de escândalo. O trabalhista deu entrevista ao diretor de jornalismo da Rede Globo, Armando Nogueira, no mesmo dia em que denunciou a tentativa de fraude na imprensa estrangeira. Nessa entrevista, reiterou sua posição de que todas as projeções lhe indicavam sua vitória, bem como das denúncias de fraudes que ocorriam no Estado fluminense (urnas abertas antes do prazo, seções com votos exclusivos para Moreira Franco). Sem mencionar o nome da emissora, culpou-a indiretamente pela apuração errônea e indicou nas entrelinhas participação da organização na fraude (BONES; BRAGA; DIONI; SOUZA, 2004, p. 126-129). A acusação explícita de participação das Organizações Globo veio de Saturnino Braga, senador do PDT, em discurso na tribuna do Senado poucos dias após entrevista de Brizola (SILVEIRA, 2008, p. 111).

Repórteres do *JB* juntamente com Cesar Maia, representante do PDT na apuração, descobriram a tentativa de fraude nos computadores da Proconsult, que consistia em transferir os votos brancos e nulos para Moreira Franco (BONES; BRAGA; DIONI; SOUZA, p. 125). Foi constatado um erro de programação nesses computadores, com o TSE decidindo suspender a apuração até correção do erro. Cerca de duas semanas após o pleito, o *JB* denunciou que um executivo da Proconsult estava pressionando o jornal de que o modelo de apuração do *JB* estava incorreto. O executivo citava um “Diferencial Delta” para afirmar que o eleitor de Brizola acabaria se confundindo ao votar e anularia seu voto; com isso previa-se uma vitória de Moreira Franco por 30 mil votos. O *JB* recusou essa pressão e decidiu continuar com seu próprio método. Dada a dimensão que o caso havia tomado, a Polícia Federal decidiu instaurar inquérito para apurar irregularidades e responsáveis no caso. O resultado final do episódio foi a constatação da não intencionalidade e falta de má-fé da Proconsult no erro computacional. Nem a empresa ou quaisquer personagens foram punidos. A participação das Organizações Globo ou quaisquer representantes do Governo Militar nunca foi provada. Com a vitória, o próprio Brizola relegou o episódio ao segundo plano, passando a se preocupar com sua administração futura. O resultado final seria divulgado um mês após o pleito e Brizola saía vencedor com 34,2% contra 30,6% de Moreira Franco, com uma diferença de aproximadamente 178 mil votos. O *JB* se vangloriou por ter errado suas projeções em apenas 0,08% (SILVEIRA, 2018, p. 122).

Leonel Brizola e as eleições presidenciais de 1989

Leonel Brizola foi um político gaúcho, sempre ligado ao trabalhismo. Nascido em Carazinho (RS), exerceu diversos cargos públicos, sendo deputado estadual (1946-50), deputado federal (1954-56 e 1962-64), governador do Rio Grande do Sul (1958-62) e governador do Rio de Janeiro (1983-1987/1991-1994). Antigo membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao lado de Getúlio Vargas e João Goulart, Brizola exilou-se do Brasil em 1964, por causa do golpe civil-militar desferido contra o governo constitucionalmente eleito de Goulart. Voltou ao país pela Lei da Anistia em 1979, disputando com Ivete Vargas o comando da sigla PTB. Sendo derrotado, fundou, em 1980, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao qual se manteve filiado até o fim de sua vida, sempre como líder-mor da legenda. Possuindo uma personalidade extremamente carismática, despontou em 1989 como um dos possíveis presidenciáveis do país (MORITZ, 1996, p. 19-20).

Brizola ganhou projeção nacional em 1961, com a chamada “Campanha da Legalidade”. Essa visava garantir a posse de João Goulart, então vice-presidente, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Goulart estava em viagem à China comunista e a garantia constitucional de tomar posse da presidência foi desrespeitada por junta de ministros militares daquele governo renunciado. Coube a Brizola, então governador gaúcho, liderar o movimento que exigia o cumprimento da Constituição de 1946, contando com o apoio do III Exército (NOGUEIRA, 2006, p. 15) e variados setores da sociedade civil. Brizola saiu com grande prestígio após esse episódio e, no ano seguinte, se elegeu deputado federal pelo antigo estado da Guanabara. O político foi uma grande força de sustentação do Governo Goulart e chegou a radicalizar o seu discurso em favor das Reformas de Base do Governo. Sendo um dos líderes da Frente de Mobilização Popular, grupo extraparlamentar que visava acelerar as Reformas de Base, Brizola recebeu muitas críticas por sua atuação extremada a favor de ações e pressões fora do Legislativo federal, sendo, inclusive, responsabilizado pelo golpe de 1964. Sobre isso, Ferreira (2003, p. 356) afirma que Brizola era o líder da esquerda reconhecido naquele momento e que a característica dos movimentos de esquerda da época era a pauta do radicalismo, sectarismo, intolerância, pregação revolucionária. Surgindo como liderança, seria um equívoco considerar Brizola exclusivamente como responsável pelo desgaste político de Jango. Isso significaria desconsiderar, de um lado, a forte campanha contra as reformas de base de Jango que, travestida de anticomunista, era promovida por forças políticas de oposição, segmentos da elite nacional e imprensa, apoiadas pelos EUA, além

da conspiração desenvolvida por forças golpistas, e, de outro, a prática e ações próprias das esquerdas da época, como acima destacado. Desde que passou a governar sob a retomada do presidencialismo, Goulart teve que enfrentar paulatinamente a polarização da vida político-partidária, sendo as suas reformas de base e a forma de aprovação delas um divisor de águas, notadamente a da reforma agrária (FERREIRA, 2003, p. 372-381).

Após exilar-se em 1964, Brizola participou de movimentos opositores ao regime militar, mesmo morando no Uruguai. Apoiou focos de guerrilha inicialmente no Rio Grande do Sul e, depois, na Serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Após não obter sucesso com essas guerrilhas, Brizola se desiluiu da luta armada, focando e acompanhando a oposição pela via institucional ao regime militar. Em 1977, expulso do Uruguai em decorrência da instalação de ditadura militar naquele país, mudou-se para os Estados Unidos (BONES; BRAGA; DIONI; SOUZA, 2004, p. 97-100). Retornou ao Brasil com a Lei da Anistia em 1979. Após perder o registro do PTB para Ivete Vargas, fundou, em 1980, o PDT, quando o regime militar substituiu o bipartidarismo pelo pluripartidarismo. Analisando especificamente Brizola nos anos de 1980, podemos observar que o trabalhismo que defendia pretendia manter a herança anti-imperialista e nacionalista, mas atualizando-a. Procurava se desvencilhar da imagem de um líder radical, buscando uma solução pelo entendimento e que fosse possível manter a soberania e controle da tecnologia pelo país. As empresas não seriam mais objetos exclusivamente de expropriação, como entendia e mesmo fizera quando da sua governança gaúcha, mas, sim, atuariam em parceria com o Estado, o qual estaria à frente em um projeto nacionalista (COSTA, 2011, p. 11). Com esse projeto nacionalista, buscando o diálogo e sendo contrário às privatizações, Brizola se afastava de seu discurso socialista dos anos 60, agora se aproximando de um discurso social-democrata, base ideológica do seu PDT.

Nos anos de 1980, após voltar do exílio e se elegendo governador do Rio de Janeiro, Brizola priorizou em seu Governo questões voltadas para o povo, como os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), principal marca de sua governança carioca. Em 1984, foi um dos principais líderes do movimento nacional “Diretas Já”, o qual exigia eleições diretas para presidente da República. Saindo com aprovação popular, Brizola mirava a Presidência do Brasil. Costa (2011, p. 26) salienta que o político entendia que o presidencialismo se constituía em uma força capaz “ [...] de mobilizar muito forte e o Estado brasileiro, sendo um Estado forte, com a Constituição, poderia até se fazer uma revolução”; o que tornava a conquista da Presidência um objetivo maior para ele. Com isso, Brizola se candidatou a presidente em 1989, terminando o pleito em terceiro lugar, com 15,45% dos votos válidos (MORITZ, 1996, p. 35).

Brizola não era o candidato predileto da mídia. Conforme pontuam Kowalski e Santos (2010, p. 4-5), assim que Brizola e Lula começaram a aparecer na frente das pesquisas de intenção de votos, o ataque da mídia contra ambos os candidatos se intensificou. Com isso, um candidato pouco conhecido nacionalmente passou a se destacar. Tratava-se do então governador de Alagoas Fernando Collor de Mello, candidato do inexpressivo Partido da Renovação Nacional (PRN) e que se apresentava como “caçador de marajás”, expressão empregada às suas tentativas de caçar altíssimos salários do funcionalismo público alagoano. Promovido e apoiado pelas Organizações Globo, da propriedade de Roberto Marinho, Collor chegaria ao segundo turno das eleições de 1989, em disputa com Lula, saindo-se vencedor do pleito. Marcado pela luta no início da década de 1960 contra grandes organizações, Brizola colhia grande oposição e resistência de Roberto Marinho, cujos veículos de comunicação – jornal, emissoras de rádio e rede de TV – pouco destacava a figura do líder do PDT e reserva-lhe apenas críticas. Mas Brizola também não era, pelas mesmas razões, bem quisto por demais proprietários de organizações de comunicação, embora a oposição de Marinho fosse sempre a maior e mais intensa. Todavia, o partido liderado por Brizola não tinha ainda obtido uma estrutura que favorecesse uma campanha presidencial. Observando a estrutura do PDT à época da campanha de 1989, Costa (2011, p. 27-28) constatou que o partido não possuía muita estrutura para a eleição, baseando-se na crença que o carisma e a popularidade de Brizola bastavam para ganhar aquele pleito. Ainda, segundo a análise da autora, o PDT possuía práticas que remontavam ao antigo PTB dos anos 60, como a centralização em torno de um líder, sendo que se entendia que bastava ganhar a eleição e a partir daí haveria a construção da máquina partidária que se necessitava (COSTA, 2011, p. 28).

Depois de 29 anos sem escolher o seu representante máximo, o povo brasileiro compareceu às urnas do dia 15 de novembro de 1989 para eleger quem ocuparia a Presidência da República pelos próximos cinco anos. O pleito teve 22 candidatos que concorreram na escolha do voto de cada brasileiro, sendo que metade destes ocupava destacado espaço na política nacional, dentre os mais importantes partidos políticos da época. A outra metade se candidatou sem os mesmos recursos dos mais importantes e tinha a consciência de que teria espaço reduzido para apresentarem suas ideias; ficaram conhecidos como os “microcandidatos”.

O Brasil apresenta uma grave crise socioeconômica em 1989, com elevados índices de inflação e volumosa dívida externa. O governo chefiado por José Sarney apresentava altos índices de impopularidade, ao ponto de o presidente não exercer influência alguma sobre o pleito ou algum candidato. Pelo contrário, era visto como

maior opositor e alvo fácil para ataques de todos os candidatos. Além disso, o país havia recém-saído de uma ditadura militar que durou 21 anos – 1964 a 1985 –, e que contribuiu para sério agravamento da crise socioeconômica.

Por outro lado, é possível destacar que no governo Sarney:

[...] foi permitida a mais ampla organização partidária, as eleições diretas aos executivos de todos os níveis entraram definitivamente no calendário, e os analfabetos puderam se alistar como eleitores, recuperando um direito que lhes fora retirado no início da República, ainda no século XIX. Além disso, a repressão aos movimentos sociais e sindicais foi freada, o que explica, em parte, o grande aumento do número de greves na comparação com toda a história recente do país. O poder, portanto, espraiou-se e não residia mais apenas no gabinete da presidência da República: agora havia o Ministério Público, novos partidos políticos, associações sindicais, imprensa, entre outros, querendo afirmar sua voz frente a um executivo enfraquecido (GOMES, 2014, p. 19).

Leonel Brizola liderava as pesquisas de opinião até abril de 1989, sendo acompanhado sempre de perto por Lula. Em março de 1989, Collor se mostrava um candidato competitivo, tendo 9% das intenções de votos. Ele apareceu nos meses seguintes em três programas partidários, criticando Sarney (especialmente a corrupção), reforçando sua imagem como Caçador de Marajás e alguém distante da política e partidos; começou a liderar as pesquisas a partir de abril, disparou na liderança logo em seguida e não foi mais alcançado (GOMES, 2014, p. 46-47). Os meses de agosto e setembro marcaram o naufrágio das candidaturas de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, representantes dos dois partidos que comandaram a Nova República. Em pesquisa Ibope em março de 1984, Aureliano liderava o pleito ao Planalto com larga folga sobre Brizola e Tancredo Neves (GOMES, 2014, p. 51-53).

Em meados de setembro a candidatura de Afif começou a decolar, encostando em Brizola e Maluf. Collor atacou o liberal e pediu união do centro para evitar vitória da esquerda. Afif era um hábil político na construção de base parlamentar, se apresentava bem na TV e sofreu críticas de Brizola também. Parou de crescer devido aos ataques dos adversários, que observavam sua atuação como deputado constituinte, em que apresentou contradições nos discursos e ataques aos interesses dos trabalhadores (GOMES, 2014, p. 67-71). Em outubro, Collor passou a apresentar viés de queda, por não falar mais sozinho e sofrer críticas. O período marcou a ascensão de Lula. O petetista era líder incontestado no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, já o petista tinha potencial de crescimento mais homogêneo em todas as regiões do país. Além disso, sua ascensão se deveu aos programas petistas na TV. A elite e mercado preferiam Brizola em vez de Lula. Outubro e novembro marcaram a definição do embate entre Lula e Brizola pela vaga no

segundo turno (GOMES, 2014, p.75-79). Collor e Lula se classificaram para o embate final no segundo turno.

Jornal do Brasil e O Globo

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891 por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, possuindo cunho monarquista. Em 1956, o jornal passou por uma ampla reforma editorial e gráfica, que serviria de modelo para jornais futuros (BARROS; SPANNENBERG, 2015, p. 3-4). Sobre essa reforma e o impacto que teve no jornalismo do país, é possível afirmar que “[...] o jornal foi reformulado em todos os níveis, em um processo que atingiu tanto a publicação e seu conteúdo gráfico editorial como a empresa, seu funcionamento, o método de trabalho e o perfil dos funcionários” (MANNARINO, 2006, p. 49). Em 1982, o periódico denunciou um esquema que visava beneficiar o candidato a governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco (PDS). O caso ficou conhecido como Proconsult – empresa responsável pelo sistema informatizado de contagem de votos (MONTALVÃO, 2019, s.p.).

No decorrer da Assembleia Nacional Constituinte instaurada em 1987, o *JB* se mostrou favorável à implementação do parlamentarismo e foi contra os cinco anos de mandato ao presidente Sarney. Tais opções custaram caro ao jornal, que passou a sofrer fortes pressões econômicas por parte do governo Sarney, que, em represália, ordenou ao Ministério da Fazenda que fizesse uma devassa fiscal em todas as empresas do grupo, o que deixou sérias marcas nas finanças da organização. Considerado um dos quatro grandes veículos da imprensa no Brasil – ao lado de *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* –, o periódico da família Brito ocupava em 1989 o segundo lugar no mercado carioca, atrás do jornal de Roberto Marinho (MONTALVÃO, 2019, s.p.).

O jornal *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho em 1925, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1931, seu filho, Roberto Marinho assumiu a direção do periódico. Em 1972, o jornal passou a circular em todos os dias da semana. Em 1982, foi lançada a versão dos “jornais de bairro”, com edições que traziam notícias dos principais bairros da cidade carioca (O GLOBO, 2005). Sobre o apoio político a determinados candidatos, é possível afirmar que “[...] a tomada de posição, através do apoio a candidatos a cargos eletivos, está condicionada ao que o jornal chama de ‘interesse público’. [...] Entretanto, não especifica o que seria, para ele, o interesse público” (MOREIRA, 2006, p.76).

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, iniciados em 1º de fevereiro de 1987, *O Globo* criticou a “prodigalidade nociva” dos capítulos referentes aos direitos sociais. Procurou demonstrar o quanto esses benefícios

poderiam implicar a elevação dos custos da produção industrial, na medida em que “a Constituinte preocupa-se mais com benesses e favores trabalhistas excessivos e menos com medidas que impulsionem nossa economia”. Também acusou os parlamentares de colocarem o Brasil na “contramão da história”, ao dificultar a entrada do capital estrangeiro. Outros pontos de atrito com a Constituinte foram a questão tecnológica e a reserva de mercado para a informática, os monopólios das empresas estatais, o tabelamento dos juros em 12% ao ano e a proposta parlamentarista, considerada golpismo, conforme o editorial de 19 de novembro de 1987, onde se lê: “Os atuais congressistas foram eleitos para exercer funções legislativas, mas não para eleger e depor, de forma indireta, o chefe do Poder Executivo”. (LEAL; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

Caso Proconsult não morreu

Em seus tijolaços⁵ no *JB*, Brizola afirmou que as pesquisas são uma arma dos grupos poderosos e não refletem a realidade, visto que o poder econômico visa usar essa influência de manipulação das massas (BRIZOLA, 1989a, p.7). No tijolaço seguinte fez crítica mais incisiva às pesquisas, atacando diretamente a simbiose entre a Rede Globo e o Ibope, pois a emissora vendia suas peças publicitárias via pesquisa do instituto, que se beneficiava desse faturamento da mesma; acusou ainda as pesquisas de serem armas de promoção de candidaturas e abuso de poder econômico e que o Ibope estaria buscando beneficiar Collor (BRIZOLA, 1989b, p.7). No tijolaço do mês seguinte, criticou a Globo por abuso de poder econômico ao divulgar pesquisas duvidosas feitas pelo Ibope, ressaltando que elas são caras e somente grandes empresas podem contratar. Criticou ainda o Ibope e Vox Populi por fazerem parte do esquema de poder no país, salientando que Collor vem caindo e as pesquisas escondem deliberadamente isso (BRIZOLA, 1989c, p.7).

Sobre os ataques à Globo, *OG* respondeu Brizola em duas ocasiões, rechaçando tal conspiração. A primeira resposta veio em uma nota da redação após Brizola comentar sobre o fato de a Globo estar promovendo as pesquisas:

[...] o que o candidato Leonel Brizola diz não merece crédito. A afirmação de que existe uma relação entre a TV Globo e o Ibope é simplesmente ridícula. A liderança da TV Globo é fato público e notório, constatada não apenas pelo Ibope, inclusive por modernos métodos eletrônicos de aferição, como também por todos os demais órgãos de pesquisas (BRIZOLA VOLTA, 1989, p. 6).

5 Nome popular das colunas pagas por Brizola nos principais jornais do Rio de Janeiro, em que o pedetista abordava inúmeros assuntos políticos. Não possuía frequência, variando em momentos e aparecendo preferencialmente aos domingos, dia de maior circulação dos jornais.

A segunda resposta veio através de pequena coluna de resposta do jornal⁶, intitulada “Paranoia”. O periódico destacou que Brizola acusou o Gallup de trabalhar para a CIA em 1986, ressaltando que os resultados do Ibope e do Gallup são semelhantes.

Ao candidato do PDT só resta ampliar o número de conspiradores. Pelo andar das pesquisas, fará melhor se dispensar intermediários e acusar de vez o verdadeiro responsável por seus índices melancólicos: o eleitorado inteiro. Restará decidir a que sinistra organização terá se vendido o povo brasileiro (PARANOIA, 1989, p. 2).

O presidente do Ibope criticou Brizola por ataques ao instituto e que estes seriam de fins eleitoreiros. Lembrou que o pedetista se utilizou da empresa enquanto governador, como quando se baseou em pesquisa do instituto (em que estaria eleito) para denunciar na imprensa estrangeira tentativa de fraude na Proconsult. Recordou ainda que Brizola telefonava ao Ibope para saber das pesquisas em 1988 e se utilizou da mesma havia duas semanas, para afirmar que liderava no Rio de Janeiro. Ele entendia que o trabalhista tentava criar uma cortina de fumaça para fugir de números desfavoráveis que estaria tendo (IBOPE ACUSA, 1989, p. 2). O pedetista foi alvo também de crítica do diretor do Gallup, que afirmou que Brizola só reclamava das pesquisas em que não liderava. Lembrou ainda que Brizola criticava as pesquisas de 1986⁷, ressaltando que Darcy Ribeiro seria o vitorioso, mas não foi o que ocorreu (MATHEUS, 1989, p. 3).

Brizola possuía grande temor de um novo Caso Proconsult, só que dessa vez em nível nacional (BRIZOLA, ACLAMADO, 1989, p. 3). Entendia que o Caso Proconsult poderia ser induzido através de pesquisas fraudulentas (BRIZOLA TEME, 1989, p. 4), mas não duvidava da idoneidade dos funcionários da Justiça Eleitoral, temendo especialmente vírus no computador e que o ponto mais sensível de todo o processo de apuração era o sistema computadorizado em si (IBOPE ABRE, 1989, p. 4). O pedetista pediu que a totalização dos votos não fosse feita apenas no sistema computadorizado, mas também de forma manual, destacando que as classes dirigentes fizeram de tudo para manter uma ditadura por mais de 20 anos e que não teriam nenhum pudor em fraudar o pleito. Invocava sempre o exemplo do Caso Proconsult para destacar que isso poderia ocorrer (BRIZOLA AINDA, 1989, p.5).

⁶ A coluna continha comentário do jornal sobre diversos assuntos e notícias e não possuía espaço fixo de veiculação. O espaço regular e fixo de opinião do jornal era o editorial veiculado na quarta página do periódico.

⁷ Ano marcado por eleições estaduais. No Rio de Janeiro, Brizola tentou eleger sem sucesso Darcy Ribeiro (PDT), que acabou em segundo lugar, atrás de Moreira Franco (PMDB).

A fraude do Caso Proconsult se realizaria na junção de vários pontos, como a premissa do eleitor de Brizola anular o voto por desinformação, urnas fraudadas em diversas seções – especialmente no interior, local de menor fiscalização – e o programa da Proconsult, que transferiria os votos nulos e brancos para Moreira Franco. O papel da Rede Globo seria o de preparar o cenário para fraude, buscando sempre colocar Moreira Franco na liderança durante a contagem dos votos⁸, o que, combinado com esses outros pontos, faria o processo fraudulento ter se concretizado. Por outro lado, a fraude desmoronou quando Brizola a denunciou à imprensa estrangeira. O pedetista tinha esse mesmo raciocínio para a eleição de 1989 (com exceção do eleitor anular o voto por desinformação, visto não haver o voto vinculado no pleito), ressaltando que existia uma sucessão feita de forma paralela e clandestina, em que Collor estaria sendo beneficiado pelos veículos de comunicação, com objetivo de preparar a coletividade para favorecer uma fraude (BRIZOLA COMPARA, 1989, p. 3).

Brizola possuía uma ideia fixa de que haveria uma fraude para tirá-lo do segundo turno e acreditava seriamente nessa possibilidade, e, por isso, suspeitava das pesquisas, desconfiando que possuía mais do que seus atuais índices. Ficou satisfeito em ver César Maia voltar dos Estados Unidos com um documento em que se provava que a fraude era possível. Brizola ressaltava que não estava inconformado apenas com seu resultado, mas com o pífio desempenho de Ulysses Guimarães, homem de singular trajetória e importância. O PDT iria formar um ambicioso sistema de acompanhamento e fiscalização da apuração dos votos., com a síndrome do Caso Proconsult estando ainda viva e, por isso, ele buscaria trazer de fora observadores internacionais. Caso passasse ao segundo turno, o pedetista deveria esquecer da possibilidade de fraude e ir adiante na campanha (NOBLAT, 1989, p. 11).

Brizola não confiava nas pesquisas nacionais e, por isso, decidiu entrar em contato com dirigentes da Internacional Socialista⁹, buscando verificar a possibilidade de ser assessorado por agências de pesquisas internacionais (BRIZOLA QUER, 1989, p. 5). Por tais suspeitas, Brizola foi alvo de críticas do *JB*, que, em editorial, o criticou por querer contratar tais institutos de pesquisas internacionais para realizarem as pesquisas aqui, destacando que:

[...] quem leva o nacionalismo aos limites da intolerância, a disposição assume para o candidato uma questão de vida ou morte. Não é apenas a denúncia de

⁸ A Rede Globo defendia-se dizendo que o voto do interior era contabilizado mais rapidamente.

⁹ Organização composta por diversos partidos de esquerda e não integrantes do bloco soviético de influência. O PDT era o único partido brasileiro membro de tal organização.

que as empresas brasileiras são inidôneas, mas a fraqueza de pedir à Internacional Socialista e ao Partido Democrata americano ajuda financeira para a pesquisa. O candidato chega a admitir até a ajuda do Partido Republicano dos Estados Unidos caberia nesse parêntese aberto no antiamericanismo que o tem sustentado politicamente dentro do país (ESTRANHOS, 1989, p. 10).

Ainda na questão das pesquisas internacionais, Brizola foi alvo de críticas de Lúcia Hippolito:

Sabe-se apenas que Brizola louva as pesquisas quando está por cima, espinafra quando está por baixo, pensando mesmo [...] em contratar um instituto internacional para realizar uma grande pesquisa de opinião. Vamos imaginar por um minuto que este famoso instituto internacional confirme os resultados dos institutos tupiniquins. Brizola vai acusa-lo de estar mancomunado com a CIA, para desnacionalizar a economia brasileira? Ou vai acatar os resultados, pedindo desculpas pelo que anda dizendo dos institutos brasileiros? Difícil acreditar na última hipótese, tendo em vista o perfil psicológico do candidato (HIPPOLITO, 1989, p. 4).

O *JB* lembrou o Caso Proconsult em sua coluna *Informe JB*, destacando que Brizola disse na época que haveria uma fraude sem nenhuma prova e apenas tendo em mãos as pesquisas. Ironizando o pedetista, a coluna ressaltou que o mesmo confia apenas nas pesquisas em que aparece na frente, mas diz que são manipuladas aquelas em que não lidera (INFORME JB, 1989, p. 6). O Caso Proconsult também foi lembrado em *OG*. O periódico destacou que não houve má-fé ou prática criminosa comprovada e, que após erro de projeção da Proconsult – em que era indicada vitória de Moreira Franco – ser revisto, foi constatado que Brizola seria o vitorioso (UMA PRÁTICA, 1988, p. 7). O Caso Proconsult era sempre mencionado por Brizola ou nas explicações das matérias pelos periódicos¹⁰, mas sem entrar em maiores detalhes. O detalhamento maior ocorreu apenas nos casos mencionados acima.

Temor de Brizola

Apesar de ninguém ter sido responsabilizado ou punido pelo Caso Proconsult, esse evento de 1982 continuou na pauta do mundo político, especialmente através de Leonel Brizola, personagem central desse episódio que ocorreu nas eleições fluminenses. O trabalhista continuou levantando hipótese de fraude nas eleições futuras, como as estaduais de 1986 e a presidencial de 1989, assinalando que poderiam ocorrer por diversos fatores, tendo as pesquisas papel central nisso. Elas mascarariam a campanha

¹⁰ Quando Brizola levantava possibilidade de fraude. Era mencionado ainda quando ocorria exemplos de fraudes em outros pleitos ou citado por alguma outra personalidade. O episódio entrou no jargão político como possibilidade ou tentativa de fraude em uma eleição.

eleitoral, apontando cenários inverídicos e estimulando o voto do eleitorado: em suma, não representariam a realidade e seriam manipuladas. Brizola acusava principalmente as elites econômicas e dirigentes do país de manipular a realidade, buscando direcionar o voto do eleitor no candidato que representasse os interesses do grupo dominante. Tais candidatos foram Moreira Franco em 1986 e Fernando Collor em 1989.

Na fraude, outro papel fundamental seria o da Rede Globo. A emissora de Roberto Marinho, então líder absoluta em audiência no país e exercendo um domínio quase monopolista, era o principal veículo de comunicação no país. Ao divulgar as pesquisas do Ibope, praticamente todo o eleitorado seria atingido e influenciado por elas, segundo Brizola, que assinalava ainda a relação simbiótica entre a emissora televisiva e o instituto de pesquisa, visto que ambas se beneficiavam dessa relação.

Brizola possuía grande temor no sistema computadorizado da apuração, especificamente porque tal foi o principal ponto do Caso Proconsult, no “erro” de programação que transferia os votos nulos e brancos para Moreira Franco. O pedetista possuía temor semelhante em 1989 e o PDT dedicou grande soma de recursos para montar um sistema de apuração paralelo para fiscalizar a contagem dos votos. Brizola não possuía conhecimentos em informática – então vista como algo que não fazia parte do cotidiano da sociedade civil – e temia que um vírus no computador pudesse fazer com que o processo de 1982 se repetisse em 1989. Cabe considerar que o pedetista falava em termos gerais quando mencionava um vírus computacional, e não um programa ou tipo de vírus específico.

A junção desses diversos fatores fazia com que Brizola temesse fraude. Exemplificava através do Caso Proconsult, em que isso era possível e esteve perto de ocorrer, caso o mesmo não tivesse denunciado à imprensa estrangeira. Apesar de a Proconsult como empresa não existir mais e a computação dos votos estar a cargo do Serpro (empresa estatal), Brizola continuava temeroso.

O pedetista assinalava que alguns passos deveriam ser tomados para a fraude não ocorrer e o eleitor não ser influenciado pelos grupos dirigentes na escolha do voto. Defendia o fim da divulgação das pesquisas do Ibope pela Rede Globo, visto esta ser o principal veículo de informação da população e meio de indução ao voto mais fácil. Paralelamente cobrava pesquisas mais isentas, com fiscalização mais rigorosa na metodologia dos institutos de pesquisas e assessoramento de agências internacionais e qualificadas de pesquisas. Brizola defendia ainda um sistema paralelo de apuração dos votos, o que permitiria confronto diante de possíveis discrepâncias dos resultados.

Conclusões

É possível destacar que o Caso Proconsult foi pouco mencionado durante a campanha pelo *JB* e *OG*. Quando foi, era destacado em poucas linhas e em tons rememorativos. Não foi objeto de matéria especial ou análise mais acurada. Assim como a Justiça Eleitoral, os periódicos não temiam que um novo Caso Proconsult ocorresse.

O *JB* teve papel central em 1982 com seu sistema de apuração paralela e no descobrimento da fraude. Entretanto, o periódico não rememorou tal papel durante o período analisado, buscando apenas caracterizar em termos gerais o que foi o Caso Proconsult. Na relação com Brizola, o periódico criticou o pedetista por duvidar das pesquisas, procurando assinalar que faz parte do repertório político do trabalhista os ataques às pesquisas e aos grupos que as encomendam. *OG* procurou salientar brevemente o que foi o Caso Proconsult, destacando que houve apenas um erro na programação e fugindo das polêmicas que envolviam as Organizações Globo no episódio, como as acusações de participação da empresa feitas por Brizola e por Saturnino Braga. Na relação com Brizola, criticou duramente o pedetista por buscar veicular as Organizações Globo – especialmente a Rede Globo – em uma conspiração com o lbope para promover Collor e ajudar a preparar a fraude eleitoral. O jornal buscou mostrar que tal artifício fazia parte do repertório político de Brizola e o título da nota “Paranoia” exemplifica este comportamento que o pedetista teria.

Portanto, é possível assinalar que o Caso Proconsult não morreu em 1982 e continuou rendendo discussões, especificamente através de Leonel Brizola e sua campanha presidencial de 1989. O pedetista sempre procurava retomar esse episódio para falar em possível fraude. No caso dos jornais cariocas analisados, é lapidar o entendimento que o *JB* não buscou destacar seu papel central no episódio original. É possível assinalar que o periódico não tenha desejado dar destaque às acusações de Brizola contra as pesquisas, visto o pedetista ter tido o mesmo tipo de comportamento em 1986. Nesse aspecto, ambos os periódicos cariocas se alinharam nas críticas ao trabalhista pelo ataque às pesquisas e denúncia de possibilidade de fraude, buscando assinalar que tal comportamento era exagerado e fazia parte da retórica política de Leonel Brizola de se colocar como uma espécie de “líder” e “porta-voz” dos setores excluídos da sociedade na luta contra adversários que não possuiriam escrúpulos para conservar seus interesses.

Referências

BARROS, Cindhi Vieira Belafonte; SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil. In: *ENCONTRO NACIONAL DE*

HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, 2015, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ALCAR, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/do-impressoao-digital-a-historia-do-jornal-do-brasil/view>>. Acesso em: 03 out. 2019.

BONES, Elmar; BRAGA Kenny; DIONI, Cleber; SOUZA, João Borges de. *Perfis parlamentares: Leonel Brizola*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

BRIZOLA, aclamado, pede ao PDT cuidado com oba-oba. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.79, 26 jun.1989. Primeiro caderno, p. 3.

BRIZOLA ainda teme fraude. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.220, 14 nov.1989. Primeiro caderno, p. 4.

BRIZOLA compara Collor a Sarney e prevê agressões. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 65, n.20355, 15 ago.1989. Primeiro caderno, p. 3.

BRIZOLA, Leonel. A Globo, o lbope e as pesquisas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.64, 11 jun.1989b. Primeiro caderno, p. 7.

BRIZOLA, Leonel. A nossa caminhada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.85, 02 jul.1989c. Primeiro caderno, p. 7.

BRIZOLA, Leonel. Engana-se quem quiser. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.43, 21 mai.1989a. Primeiro caderno, p. 7.

BRIZOLA quer assessoria estrangeira nas eleições. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 65, n.20366, 26 ago.1989. Primeiro caderno, p. 5.

BRIZOLA volta a fazer crítica às pesquisas. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 64, n.20273, 25 mai.1989. Primeiro caderno, p. 6.

BRIZOLA teme nova fraude. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.200, 25 out.1989. Primeiro caderno, p. 5.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. O PDT e o socialismo trabalhista: entre antigas e novas tradições. *Revista Veredas da História*, Rio de Janeiro, v.1, n. 8, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/66>>. Acesso em: 07 out. 2019.

ESTRANHOS na pesquisa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.143, 29 ago.1989. Primeiro caderno, p.10.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *Brasil Republicano; vol. 3 – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 323-404.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. *1989: a maior eleição da história*. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

HIPPOLITO, Lúcia. O velho golpe da cédula. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 65, n.20371, 31 ago.1989. Primeiro caderno, p. 4.

INFORME JB. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.143, 29 ago.1989. Primeiro caderno, p. 6.

IBOPE abre as portas para fiscalização dos partidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.141, 27 ago.1989. Primeiro caderno, p. 4.

IBOPE acusa Brizola de usar pesquisas e fazer críticas depois. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.70, 17 jun.1989. Primeiro caderno, p. 2.

KOWALSKI, Camila; SANTOS, Nina. A mídia nas eleições de 1989. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 33, 2010, Caxias do Sul. Anais. São Paulo: INTERCOM, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2010/resumos/R5-1601-1.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. O Globo. 2019. In: *Verbete*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>>. Acesso em: 03 out. 2019.

MANNARINO, Ana de Gusmão. *Amilcar de Castro e a página neoconcreta*. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

MATHEUS: PDT só acusa quando perde. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 65, n.20412, 11 out.1989. Primeiro caderno, p.3.

MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. 2019. In: *Verbete*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/JORNAL%20DO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. *Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo*. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MORITZ, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas. *A nação moralizada: a promessa eleitoral dos presidentiáveis em 1989*. 1996. 285 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

NOBLAT, Ricardo. Brizola quer pegar Collor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 94, n.187, 12 out.1989. Primeiro caderno, p. 11.

NOGUEIRA, Marcelo D'Alencourt. *As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no Governo Jango (1961-1964)*. 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

O GLOBO. *Memória*. 2005. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 03 out. 2019.

PARANOIA. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 64, n.20285, 06 jun.1989. Primeiro caderno, p. 2.

SILVEIRA, Mauro José de Souza. *O Caso Proconsult: embate na apuração das eleições para o Governo fluminense em 1982*. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

UMA PRÁTICA que virou comédia já no Século XIX. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 64, n.20092, 25 nov.1988. Primeiro caderno, p. 7.